



As Articulações Discursivas no Processo de Ressignificação do Escravo na Historiografia Brasileira a partir dos Anos 1980

Roberto Manoel Andreoni Adolfo¹

Resumo: A historiografia da escravidão a partir dos anos 1980 passou por diversas transformações tanto teórico-metodológicas quanto institucionais. Vários autores, desde então, trataram de compreender pontos específicos dentro dessa temática. É o caso, por exemplo, das análises acerca do surgimento do escravo-agente. Nenhum desses textos, contudo, tratou de, a partir das próprias obras sobre a escravidão, esclarecer as articulações dos elementos teóricos ao nível discursivo, responsáveis por possibilitar a emergência de determinados enunciados. Os objetivos deste artigo são identificar e situar esses dois principais enunciados (escravo-coisa e escravo-agente); demonstrar como eles emergem a partir de articulações e referenciais teóricos diferentes (Karl Marx e Edward Thompson); destacar o impacto de tais movimentos teóricos no conceito de resistência; e, por fim, averiguar as mudanças tanto na tipologia das fontes quanto no tratamento empírico que, articuladas a determinados elementos teóricos, também contribuíram para a emergência dos enunciados em questão.

Palavras-Chave: Historiografia. Teoria da História. Escravidão.

Discursive Articulations into the Resignificance Process of the Slave Man in Brazilian Historiography as of the 1980s

Abstract: The slavery historiography as of the 1980s went through several transformations both theoretical-methodological and institutional. Various authors, since then, are about to understand specific points into this theme. This is the case, for example, of the analysis concerning the outbreak of the slave-agent. None of these articles, however, was addressed to clarify, from the works about slavery themselves, the articulations of the theoretical elements to the discursive level, responsible for enable the emergency of certain wordings. The objectives of this paper are to identify and locate these two main listed (slave-and slave-agent); demonstrate how they emerge from different articulations and theoretical references (Karl Marx and Edward Thompson); highlight the impact of such theoretical movements in the resistance concept and finally check the changes both typology of the fonts and the empirical treatment that, articulated to certain theoretical elements, also contribute to the emergency of the wordings at issue.

Keywords: Historiography. Theory of History. Slavery.

¹ Doutorando e Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/ASSIS).



Introdução

A historiografia brasileira da escravidão na segunda metade do século XX é comumente dividida em dois períodos distintos. O primeiro, abrangendo as décadas de 1960 e 1970, diz respeito à revisão historiográfica das teses de Casa Grande & Senzala (1933). Nesse momento, a escola paulista de sociologia, liderada por Florestan Fernandes, inicia um processo desmistificação do mito da democracia racial². A partir de então, num flanco teórico aberto desde Caio Prado Junior é produzida uma série de estudos de orientação marxista e de forte viés econômico, com vistas a compreender a realidade estrutural da formação brasileira, assim como denunciar a violência nas relações de dominação.

Nesse período surgem obras de destaque, como *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, *O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962), de Fernando Henrique Cardoso; *As Metamorfoses do Escravo, Apogeu e Crise da Escravatura no Brasil Meridional* (1962), de Octávio Ianni; *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), de Florestan Fernandes; *Da Senzala à Colônia* (1966), de Emília Viotti da Costa e, entre outros, os trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso, *Sobre os Modos de Produção Colonial da América* (1975) e de Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial* (1978).

A partir dos anos 1980, todavia, a historiografia da escravidão assiste a um processo de renovação, tanto teórico-metodológica quanto institucional. Autores como Kátia Mattoso, em *Ser Escravo no Brasil* (1982), João José Reis, em *Rebelião Escrava no Brasil* (1986), Maria Helena P. T. Machado, em *Crime e Escravidão* (1987), Silvia Hunold Lara, em *Campos da Violência* (1988), Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade* (1990), entre tantos outros, que trataram de contrapor a noção de estrutura à noção de experiência.

Apesar de tal renovação ter sido composta por uma grande massa de trabalhos – o que dificulta uma tentativa de balanço geral –, de forma simplificada podemos destacar ao menos duas tendências importantes: os estudos quantitativos, voltados para temas relacionados à demografia escrava, como a família e os preços dos cativos³, e os estudos da

² Ver: COSTA, Emília Viotti Da. **Da monarquia à república**. 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 365-384.

³ A gama de estudos que se enquadra neste perfil recebeu contribuição significativa de autores estrangeiros: SLENES, Robert. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888* (1975); DEAN, Warren. *Brazilian plantation system, 1820-1920* (1976); MELLO, Pedro Carvalho. *The economics of slavery on brazilian*



vida dos escravos que, mesclando questões culturais e sociais, trataram de temas como resistência, trabalho, tradição, religião, lazer, entre outros.

Mesmo que a historiografia da escravidão, como objeto de estudo, seja extensiva, ela ainda carece de estudos mais profundos e sistemáticos, já que, em sua maioria, os textos que se debruçaram sobre a temática da escravidão são comumente generalizantes nos tópicos que analisam e poucos se dispõem a fazer uma análise interna mais rigorosa das fontes. Nesse sentido, alguns destes autores, em sua maioria historiadores da própria escravidão, veem redigindo, desde os anos 1980, diversos textos preocupados em analisar determinados aspectos da renovação teórico-metodológica que a historiografia presenciou naquele momento⁴; alguns desses estudos sendo mais específicos, como o de Rafael Bivar de Marquese (2013) que problematiza o abandono do conceito de capitalismo nas obras pós-1980; outros mais abrangentes, como o de Stuart B. Schwartz (2001) que busca apresentar um

coffe plantations, 1850-1888 (1977); EINSEMBERG, Peter. The sugar industry in Pernambuco: modernization without change, 1840-1910 (1974); COSTA, Iraci Del Nero; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena. **Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE, USP, v. 17, n. 2, 1987.

⁴ Dentre eles, podemos citar alguns como: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org). **Escravidão e abolição: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80, **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, 2009; COSTA, Emilia Viotti Da. **Da monarquia à república**. 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999; COSTA, Iraci Del Nero; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena. **Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE, USP, v. 17, n. 2, 1987; FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**, v. 11, n. 22, 2007; GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, jul./dez. 2004; GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990; HÉBRARD, Jean. **L'esclavage au Brésil: le débat historiographique et ses racines**. In: **Brésil: quatre siècles d'esclavage**. Nouvelles Questions, Nouvelles Recherches, Paris: Karthala & CIRESC, 2012; LARA, Silvia Hunold. Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 12, 1995; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988; MAESTRI, Mário. O escravismo colonial: a revolução copérnica de Jacob Gorender. **Revista Espaço Acadêmico**, Passo Fundo, v. 35 e 36, n. 1 e 2, abr./mai. 2004; MARQUESE, Rafael Bivar de. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, n. 69, jul./dez., 2013; MARQUESE, Rafael de Bivar. Estrutura e agência na historiografia da escravidão. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Reina (Orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008; QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão Negra em Debate. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998; REIS, João José; KLEIN, Herbert. Slavery in Brazil. In: MOYA, José. **Latin American history**. New York: Oxford University Press, 2011; SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 200; SLENES, Robert; PAQUETTE, Robert; SMITH, Mark. **The Oxford handbook of slavery in the Americas**. New York: Oxford University Press, 2010; SOUZA, Laura de Mello. O escravismo brasileiro nas redes de poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.



panorama geral das principais tendências e problemáticas dos estudos da escravidão nos anos 1980.

Em relação à temática proposta pelo presente artigo – isto é, as articulações discursivas no processo de ressignificação do escravo – também existem textos específicos que se aproximaram deste assunto. Em torno da autonomia escrava (1988) Maria Helena P. T. Machado optou por uma reflexão acerca da produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil com enfoque nas problemáticas referentes às atividades econômicas informais de escravos. Em 1989, Laura de Mello e Souza, por sua vez, no texto O Escravismo Brasileiro nas Redes de Poder, elaborou alguns comentários acerca de quatro obras específicas produzidas nos anos 1980, que teriam em comum o fato de se encontrarem numa “encruzilhada de perspectivas teóricas renovadoras, da filosofia de Foucault ao marxismo peculiar de Thompson e Linebaugh” (SOUZA, 1989, p. 135). Também preocupada com as questões de ordem teórica, Silvia Hunold Lara publicou *Blowin in the wind: E. P. Thompson e a Experiência Negra no Brasil* (1995), cujo objetivo central, como o próprio título do artigo sugere, foi fazer alguns apontamentos sobre a importância de Thompson na renovação conceitual que permitiu elevar o escravo à posição de agente histórico.

Ângela de Castro Gomes, por sua vez, em seu artigo *Questão Social e Historiografia no Brasil do pós-1980: Notas para um Debate* (2004), argumenta – apresentando alguns elementos para demonstrar – que a partir dos anos 1980 a historiografia teria presenciado uma “inflexão nos modelos interpretativos que tratavam do tema da questão social”, o que teria alterado a forma de pensar as relações de dominação (GOMES, 2004, p. 157). Por fim, semelhantes são as considerações de Sidney Chalhoub que, em seu artigo *Sujeitos no Imaginário Acadêmico: Escravos e Trabalhadores na Historiografia desde os anos 1980* (2009), dividiu a historiografia em dois momentos, um que tratava o escravo como coisa, isto é, que valorizava a perspectiva da estrutura econômica, e outro que buscou considerar os escravos como sujeitos históricos, levando em conta as dimensões culturais na construção da subjetividade dos personagens sociais.

Por outro lado, numa postura mais crítica, Jacob Gorender foi um severo crítico dos estudos produzidos nos anos 1980, o que pode ser evidenciado em seu ensaio *A Escravidão Reabilitada* (1990). Tal texto, que é sem dúvida o estudo mais sistemático que temos até o



momento, buscou denunciar a ausência de uma análise sistêmica por parte dos historiadores oitentistas. No tocante ao escravo, o historiador marxista acusou a “nova historiografia da escravidão” de ter revelado um cativo agente, porém agente de sua própria passividade frente a escravidão, relativizando, assim, a noção de violência. A perspectiva de Jacob Gorender seria pouco tempo depois reafirmada por Suely Robles Reis de Queiróz que, em seu artigo *Escravidão Negra em Debate* (1998), ao tratar da questão da violência, buscou retratar a posição de Gorender e destacar em tom crítico o realinhamento dos autores oitentistas com as diretrizes de Casa Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre. Tal proximidade com Gorender também pode ser identificada no artigo de Mário Maestri, *O Escravismo Colonial: A Revolução Copernica de Jacob Gorender* (2005), no qual a “nova historiografia da escravidão” aparece atrelada à ideologia neoliberal⁵.

Apesar de uma parcela destes estudos ter se preocupado com alguns dos elementos que serão aqui tratados, como a atenção de Silvia Hunold Lara com a importância de E. P. Thompson, ou a ênfase de Sidney Chalhoub na novidade do escravo-agente, nenhum deles teve como foco central o jogo das articulações necessárias entre elementos, como conceitos, teorias, objetos e fontes responsáveis por erigir uma determinada formação discursiva na qual fosse possível a emergência de certos enunciados. O emprego desta linguagem devedora de Michel Foucault nos conduz a responder uma questão que parece central para compreender os fundamentos teóricos empregados pelos historiadores da escravidão: como ocorre que tal enunciado tenha surgido e nenhum outro em seu lugar?⁶.

Diante disso, como estratégia para realização de tal exercício, diferentemente dos outros autores aqui identificados, optamos por construir nosso argumento por meio de uma

⁵ Existem ainda outros textos relevantes, como os artigos de Rafael de Bivar Marquese, *As Desventuras de um Conceito* (2013) e *Estrutura e Agência na Historiografia da Escravidão* (2008). No primeiro, é tratado, num tom crítico, a ausência do tema do “capitalismo” no horizonte analítico da historiografia pós-1980. No segundo, por sua vez, Marquese destaca a importância do conceito de “experiência” na reformulação historiográfica ocorrida durante os anos 1980. Esperamos, porém, que os artigos citados ao longo deste tópico, de forma resumida devida à economia do texto, tenham sido suficientes pra demonstrar a ausência, e consequente necessidade, de novas análises que levem em consideração a questão do lugar e do contexto de produção historiográfica.

⁶ FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao círculo de epistemologia. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.



abordagem que prezasse pela análise interna de determinadas obras estratégicas⁷. Não se trata, portanto, de construir um balanço baseado em generalizações e sim de uma averiguação, de uma proposta com rigor empírico, dedicada a identificar e compreender as articulações discursivas que possibilitaram a emergência de dois enunciados específicos – o escravo como coisa, e o escravo como agente.

Para isso, escolhemos quatro trabalhos bastante significativos do momento historiográfico em questão. O primeiro deles, representativo do modo de fazer história ligado aos anos 1960/1970 é o de Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial* (1978) que representou uma espécie de síntese da dialética intelectual dos anos 1960 e 1970, com a sua ideia de “modo de produção escravista”⁸. Vale lembrar, também, que Gorender além de ter sido o responsável por elaborar a crítica mais profunda e sistemática sobre a “nova historiografia da escravidão”; também teve sua obra apontada, por autores como Sidney Chalhoub, como exemplo no modo de conceber o escravo como coisa. Em segundo lugar, *Ser Escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso, umas das pioneiras na reformulação da matriz interpretativa das relações entre senhores e escravos. Em terceiro, *Rebelião Escrava no Brasil* (1986) de João José Reis, que reforçou a diretriz thompsoniana e a preocupação cultural no

⁷ Vale ressaltar que o presente texto faz parte de um movimento relativamente recente, dentro do campo da História da Historiografia, cujas preocupações giram em torno da compreensão do movimento de renovação historiográfica presenciado no Brasil a partir dos anos 1980. Alguns textos mais “tradicionais”, que de forma direta ou indireta se aproximaram dessa temática, são: FALCON, Francisco. A identidade do historiador, *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996; FICO, Carlos; POLITO, Ronald, **A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP, 1992; FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papyrus, 1996; CAPELATO, Maria Helena (Org.). **Produção histórica no Brasil (1985-1994)**. São Paulo: CNPq/USP/ANPUH, 1995. Outros exemplos mais recentes: CÉZAR, Temístocles. Hamlet brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980), *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, abr. 2015; ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. Historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição, *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 14, n. 1, 2017; RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980**. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2014; OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas (1980-1990)**. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2017; Uma breve síntese de autores que trataram da historiografia nos anos 1980 pode ser encontrada em: FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: ABRÃO, Janete Silveira (Org.). **Brasil: interpretações e perspectivas**. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

⁸ Vale ressaltar que as teses de Jacob Gorender foram erigidas e defendidas, apesar de certas divergências, de modo compartilhado com Ciro Flamarion Cardoso. Além disso, no tocante à problemática em torno do significado do conceito de “escravo”, ao lado de Gorender soma-se o trabalho de Fernando Henrique Cardoso *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962). Uma crítica a sua noção de “escravo-coisa” pode ser encontrada no Epílogo da tese de Chalhoub, *Visões da Liberdade* (1990).



entendimento da resistência; e, em quarto e último lugar, Campos da Violência (1988) de Silvia Hunold Lara, que aprofundou as experimentações teóricas e ampliou a preocupação frente à complexidade das relações de poder⁹.

Delimitando os Enunciados sobre o Escravo

Uma vez que o enunciado sobre o escravo aparece como elemento chave na transição historiográfica em questão, cabe a nós, para tentar trazer luz às problemáticas que envolveram a consolidação de uma nova proposta historiográfica configurada a partir dos anos 1980, identificar a noção de escravo em algumas dessas obras e buscar compreender quais foram as articulações teóricas – e as consequências conceituais – necessárias à emergência de um novo tipo de escravo, o escravo-agente.

Diferentemente das obras de Kátia Mattoso, de João José Reis e de Silvia Hunold Lara, podemos perceber em *O Escravismo Colonial* (1978) de Jacob Gorender a formulação de um enunciado no qual o escravo é claramente percebido como um sujeito configurado a partir das leis econômicas regentes do modo de produção escravista colonial. A intensidade do castigo aplicado ao escravo dependia “menos do temperamento do senhor do que das exigências objetivas da economia escravista” (GORENDER, 1978, p. 71). Na lei da rigidez da mão de obra escrava, o “critério principal do dimensionamento do plantel” de escravos “devia ser o da fase de pico do processo de produção” (GORENDER, 1978, p. 223). Gorender, em seus apontamentos acerca dos efeitos desta lei, chama a atenção para a sobrecarga do trabalho exercido pelos escravos, afirmando que eles eram explorados até o limite de suas capacidades vitais.

A tendência de subordinação do cativo à lógica do sistema escravista também se faz presente no tema da prática econômica por parte dos escravos. A concessão, feita pelos senhores, de um pequeno lote de terra cultivável para o escravo é acompanhada por dois apontamentos. No primeiro, Gorender destaca o fato da prática da concessão ser típica das “plantagens” cafeeiras e algodozeiras, e não das canavieiras, o que se explica pelos ciclos vegetativos, pois, diferente dos sistemas de produção algodoeiro e cafeeiro, o ciclo produtivo

⁹ Existem muitos outros autores de grande relevância, porém, devido ao enfoque analítico pelo qual optamos, assim como devido à economia textual do presente artigo, acreditamos que a escolha do método, assim como dos autores a serem analisados, estejam devidamente justificadas.



do açúcar demandava braços o ano todo, o que diminuía a concessão de lotes aos cativos (GORENDER, 1978, p. 259). No segundo apontamento, Gorender afirma que a prática da concessão diminuía a obrigação para com a alimentação dos escravos, e agia no sentido de diminuir as fugas e os atos de rebeldia, donde se deduz a vantagem e o interesse do senhor na continuidade de tal prática.

Outro elemento que serve de exemplo para entender como o sistema orientava o desenvolvimento do escravo é a lei da população escrava. Nela a tendência é a da “diminuição absoluta da população escrava e da criação de sua escassez” (GORENDER, 1978, p. 321). Tal lei é fundamentada, principalmente, pelo predomínio dos escravos homens e das más condições de vida colonial, o que se liga à elevada taxa de mortalidade¹⁰. Tanto a questão da vida do escravo, quanto à do tratamento dispensado a ele, são “encaradas do ângulo do sistema escravista, situada, por conseguinte, dentro das linhas básicas do modo de produção” (GORENDER, 1978, p. 356). Desse modo, mesmo que Gorender leve em consideração as exceções a essas regras do sistema escravista colonial, ele considera tais ressalvas irrelevantes diante das leis gerais reprodutoras das “normas de convivência regular entre senhores e escravos” (GORENDER, 1978, p. 356).

Se nos voltarmos para *Ser Escravo no Brasil* (1982), de Kátia Mattoso, iremos perceber algumas diferenças em relação à perspectiva de Gorender. Se no *Escravidão Colonial* há uma tentativa de cristalizar as “relações sociais”, como forma de justificar a consistência do modo de produção escravista colonial, em *Ser escravo no Brasil*, por sua vez, há um esforço de compreender a diversidade destas mesmas relações. Nesta obra podemos perceber uma valorização das possibilidades de vivência dos escravos.

Objetivando delinear o percurso do escravo no Brasil, Kátia Mattoso evidencia diversas circunstâncias históricas – “espaços de experiência” – que condicionaram a vida dos escravos ao longo da história do país – a captura na África, a viagem, a venda, o trabalho, a conquista da alforria, a vida em liberdade etc. Mattoso releva em sua análise, tanto os fatores macro-estruturais – como o funcionamento do tráfico, do comércio, dos ciclos econômicos –, quanto os elementos ligados à experiência dos escravos, visando sempre demonstrar como

¹⁰ Vale destacar que, num âmbito onde operava tal lei, a constituição de famílias entre escravos fugia da regra.



eles respondiam a essas situações e qual a leitura e a posição que tomavam diante das circunstâncias históricas.

A autora também tem o cuidado de discutir as diferenças entre os variados tipos de escravos, como os rurais, os urbanos, os domésticos etc. Apesar disso, isto é, da valorização da multiplicidade das vivências escravas, sobressaem-se algumas coordenadas principais que direcionam o leque das possíveis relações sociais. De forma geral, destaca-se a ideia de que a personalidade perdida pelos escravos – devido à tendência do sistema em tratá-los como coisas, propriedades – poderia ser reconstruída a partir de sua adaptação ao novo mundo, desdobrado em dois: o mundo branco e o mundo negro. O escravo teria a chance de interagir dentro da dinâmica social na qual estava inserido.

Visando sua liberdade, ou o aumento dos espaços de autonomia, os escravos muitas vezes buscavam criar uma relação dinâmica com a cultura dos senhores¹¹. Converter-se ao cristianismo, aprender o idioma do opressor, ser produtivo, trabalhador, fiel e obediente, eram atitudes escravas com fins estratégicos que almejavam a conquista de benefícios específicos. De forma geral, em *Ser Escravo no Brasil* persiste uma apresentação das variações das vivências escravas, assim como uma ênfase na capacidade dos escravos codificarem o sistema opressor e agirem, em benefício próprio, dentro dele.

Rebelião Escrava no Brasil (1986) de João José Reis, por sua vez, em relação à perspectiva sobre o escravo, apresenta consideráveis semelhanças com *Ser Escravo no Brasil*. O objeto principal de Reis é a Revolta dos Malês ocorrida em 1835, sendo um dos objetivos centrais compreender a perspectiva dos personagens envolvidos na em tal rebelião, isto é, existe uma preocupação em analisar a constituição cultural e social dos escravos insurgentes, o que se desdobra, também, numa tentativa de examinar o que levou e como levou estes sujeitos a se tornarem rebeldes.

Como consequência desse intento, são evidenciados vários âmbitos da vida escrava. Existe uma preocupação em explorar suas vidas e explanar o papel dos elementos simbólicos

¹¹ Vale ressaltar que o exercício do escravo de inserir-se no mundo negro também constituía um desafio, pois o mundo negro na colônia era configurado por um complexo feixe de relações interétnicas, o que o diferenciava dos modos de vida africanos. Além disso, também vale destacar que existiam vários pontos de contato entre o mundo branco e o negro, de modo que não devem ser considerados como duas categorias homogêneas e completamente antagônicas.



presentes na revolta. Procura-se, por exemplo, analisar os diversos aspectos ligados à religião – pois o termo Malês refere-se aos negros adeptos do islã –, como a utilização de roupas específicas, amuletos, a prática da escrita, as reuniões, as ceias etc., para compreender como tais elementos criaram condições para a formação de uma rede de solidariedades escravas, e como isso, posteriormente, repercutiu na dimensão política.

Para Reis (1986, p. 139), o islã “propunha uma revolução nas vidas de seus seguidores; tirava deles a vontade de ser escravos, impregnava-os de dignidade, constituía novas personalidades”. Isto é, ao invés de valorizar os dispositivos repressores do sistema, que tendiam a nulificar a dinâmica da pluralidade das vivências escravas, o autor objetivou trazer à luz as experiências culturais configuradas pelos escravos. O escravo delineado por Reis, interage em seu meio social, pratica sua fé, cria redes de solidariedade e em simbiose com a prática cultural desenvolve sua consciência política.

Rebelião Escrava no Brasil também trata das biografias de determinados escravos, atores principais da Revolta de 1835, assim como também incursiona sobre outras dimensões da vida escrava, como as moradias, as famílias, os ofícios etc. Por fim, vale ressaltar que, como na pesquisa de Mattoso, as atitudes escravas relacionadas à assimilação dos valores senhoriais também são compreendidas como formas de resistência que, embora sutis, inferem a capacidade do escravo interagir com as regras sociais e buscar se benefício com elas.

Por fim, Campos da Violência (1988), de Silvia Hunold Lara, também esboça equivalências acerca da definição de escravo com as obra de Kátia Mattoso e João José Reis. Em tal obra, ao invés de denunciar a violência empregada no regime escravista, a autora procurou historicizá-la. Nesse sentido, o tema da violência foi analisado a partir da dinâmica das relações cotidianas entre senhores escravos, refutando esquemas ou categorias a priori. Aparece então um escravo, assim como em Ser Escravo no Brasil e Rebelião Escrava no Brasil, inserido num jogo de relações emaranhadas por diversos elementos sociais diferenciados, como o comércio, o castigo, os feitores e agregados, os crimes, os ofícios etc. Temos em Campos da Violência, portanto, um escravo divergente do delineado em O Escravismo Colonial.

Na obra de Gorender as possibilidades de variações nas vivências do escravo aparecem sufocadas por um jogo de leis orquestradas pelo modo de produção escravista



colonial. Por outro lado, o que temos na obra de Silvia Hunold Lara é uma inversão de perspectiva, isto é, a adoção do que poderíamos chamar aqui de “visão de baixo”. Sob este ângulo aparecem diversas dimensões da vida do escravo. Emergem, então, escravos que através do trabalho conquistavam certa autonomia, escravos utilizados como capangas por seus senhores, mas que eram responsáveis por seus atos, escravos que interferiam nas negociações de compra e venda entre senhores, escravos que se autossustentavam, escravos que casavam e constituíam famílias, escravos que exerciam práticas culturais fora da esfera da cultura senhorial, escravos que dispunham de liberdade para circular, mas que não fugiam.

Enfim, são inúmeros os tipos de vivências e relações que os escravos teciam. São várias as circunstâncias que desvendam um escravo agente, um escravo que exerce um papel importante na configuração das regras do exercício de dominação sob o qual estava submetido. Vale destacar que a especificidade do castigo, por exemplo, é algo que se constitui a partir de um jogo de forças que envolvia não somente a metrópole e os colonos, mas, principalmente, os senhores e os escravos, por meio da dinâmica de enfrentamentos e acomodações cotidianas que se configurava com as relações entre ambos.

O que se percebe, portanto, é a existência, entre a obra de Gorender e a dos outros autores de uma diferença na maneira de deduzir o escravo, o que repercute em um novo enunciado. O escravo coisificado pelo sistema, o escravo sem espaços de autonomia, o escravo que sofre uma imposição inquestionável de dominação, cede lugar ao escravo que faz uma leitura das relações que permeia o escravo que costura espaços onde possa se mover, o escravo que se constitui culturalmente, que tem consciência política, o escravo que faz uma leitura das relações de dominação e que sabe jogar com elas, tirar proveito, por fim, o escravo que exerce poder na constituição do próprio exercício de dominação.

O Escravismo Colonial como Leitura e Aplicação de Marx

O enunciado do escravo, como se destaca em cada obra, não emerge de uma superfície discursiva amorfa. Existe uma configuração, todo um jogo de articulações teóricas e delimitações conceituais atrelados a ele, possibilitando seu aparecimento. Cabe a nós identificar estes elementos teóricos e, o mais importante, compreender como a configuração entre eles criou as condições, no caso de Gorender, para a emergência de um escravo cujas possibilidades de autonomia foram anuladas pelas leis regentes do modo de produção



escravista colonial, e, no caso dos outros autores, para o surgimento de um escravo capacitado a intervir nas relações de dominação.

O Escravismo Colonial apresenta uma considerável preocupação com os elementos teóricos da prática historiográfica. Antes de analisar o conteúdo empírico referente a seu objeto, Gorender tece várias reflexões de ordem estritamente teórica. Trata-se de uma preocupação, que embora não se dê de forma profunda nos capítulos posteriores à introdução, não é dispensada ao longo da obra. Sua delimitação teórica e conceitual está vinculada ao paradigma do Materialismo Histórico. As formações sociais abrangem tanto a superestrutura quanto a infraestrutura das sociedades. Enquanto a superestrutura aparece relacionada às formas de consciência, às instituições, a infraestrutura diz respeito ao modo de produção, este se dividindo em duas principais categorias: a das forças produtivas e a das relações sociais de produção. O movimento histórico acontece, segundo Gorender, pela dialética entre estas duas categorias básicas do modo de produção.

Como resultado do acúmulo das forças produtivas, as relações sociais seriam conduzidas à transformação. Essa modificação seria uma acomodação das relações sociais às forças produtivas. Por conseguinte, este movimento, ao configurar um novo modo de produção, também efetuará transformações na superestrutura, uma vez que esta se organiza a partir de sua relação como o modo de produção. Estaríamos, neste caso, então, diante de uma nova formação social. Em relação a este movimento, Gorender defende que o sentido do intercalar de modos de produção não é pré-determinado, de modo que cada sociedade apresenta suas especificações históricas. Ora, a partir desses pressupostos teóricos chegamos à matriz teórica de Gorender, sua maior referência: Karl Marx.

Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez (MARX, 1974, p. 136).

É importante frisar que a preocupação presente no Escravismo Colonial é a de compreender o modo de produção singular da formação social brasileira, e não esta em sua totalidade – infraestrutura/superestrutura. O interesse em analisar o escravo parte da



necessidade de entender as relações sociais que atuaram na configuração do modo de produção escravista colonial, uma vez que, a finalidade básica é compreender o funcionamento desse modo de produção e suas leis, o que importa a Gorender é um tipo de relação social geral, capaz de explicar como uma determinada relação senhor/escravo sustenta uma lógica interna que justifica o funcionamento do modo de produção escravista colonial.

Não é a da preocupação de Gorender, então, analisar as especificidades e as variações das relações sociais coloniais. A partir disso é possível e atestar a impossibilidade de O Escravismo Colonial trazer à tona um escravo agente-histórico, uma vez que tal escravo contrariaria a lógica opressiva da produção e não elucidaria o funcionamento do modo de produção em questão. No que se refere à violência, por exemplo, o fato de o escravo sofrê-la, ou não, está atrelado às exigências objetivas da lógica da economia escravista, e não de sua capacidade de negociar. Não interessa, portanto, a Gorender, a problemática das mentalidades, ou da consciência do escravo, pois elas não apresentam relevância para o objetivo analítico da obra. No jogo teórico e conceitual que direciona a análise do Escravismo Colonial não interessa a dimensão cultural, pois esta é um elemento da superestrutura.

Um Sopro Thompsoniano

Ora, é precisamente a inserção dessa abordagem, dessa perspectiva preocupada com o entendimento da consciência do escravo, que constitui o diferencial dos trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara. Trata-se de um objeto – a leitura que o próprio escravo fazia de sua condição – atrelado à dimensão cultural¹², a forma pela qual o cativo assimilava os valores senhoriais, assim como, a própria relação de dominação, estão carregadas de atributos culturais.

Ao buscar as raízes dessas novas preocupações analíticas – que valorizam a perspectiva escrava nas relações sociais – podemos evidenciar uma considerável sintonia

¹² Esse domínio do cultural poderia ser relacionado com o que Gorender compreende como superestrutura. Vale reiterar que a preocupação do autor em O Escravismo Colonial está voltada apenas para a infraestrutura da sociedade brasileira colonial e não com a superestrutura.



teórica com o pensamento de E. P. Thompson¹³. Para compreendermos melhor isso, vejamos como este historiador discorre sobre o que entende por classe:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos de cultura: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p. 10).

Ora, essa noção thompsoniana de classe pode ser percebida nas três obras em questão, o que não exclui, todavia, as formas singulares de tratamento conceitual dispensada por cada autor. No geral, então, evidencia-se uma perspectiva analítica que inicialmente busca destacar as experiências vivenciadas pelos escravos, e, a partir disso, o modo pelo qual eles assimilavam suas experiências, isto é, a leitura que faziam das relações sociais coloniais nas quais estavam inseridos. Trata-se de uma abordagem dentro da dimensão cultural, pois, tanto o escravo quanto seu ambiente social¹⁴ são codificados em termos de tradições, sistemas de valores, ideais etc. Em outras palavras, o cativo cria consciência de suas experiências a partir de sua bagagem cultural.

Ser escravo no Brasil exemplifica este princípio, pois constitui uma tentativa de remontar toda a trajetória do escravo, de retomar todas as suas experiências, desde a captura na África até a conquista da liberdade no Brasil – esforço analítico que vem acompanhado de uma tentativa de compreender a perspectiva “psicológica” (MATTOSO, 1982, p. 102) do escravo diante das situações que marcaram sua trajetória. No âmbito cultural os escravos de Kátia Mattoso, para reconquistarem sua personalidade, deveriam assimilar os valores do mundo branco, uma ação estratégica do escravo.

Rebelião escrava no Brasil, em sua primeira parte, por sua vez, é composta por uma análise preocupada em compreender o contexto no qual a Revolta dos Malês eclodiu. Trata-se de expor as condições de vida dos escravos e de evidenciar as experiências vivenciadas por

¹³ Sobre a influência de Thompson na historiografia brasileira da escravidão, ver: LARA, Silvia Hunold. *Blowin in the Wind: E. P. Thompson e A Experiência Negra no Brasil*. Revista do Departamento de História da PUC-SP, n. 12, 1995.

¹⁴ Quando o escravo chega ao Brasil ele é inserido num ambiente carregado de elementos culturais. Além dos valores senhoriais, há também os valores do “mundo negro”, este sendo um resultado complexo da junção de diversas etnias africanas diferentes.



eles no período da e antecedente à revolta. As outras partes da obra representam um esforço para entender como os rebeldes se constituíam culturalmente, e qual o significado e implicação disso para a rebelião. Quando João José Reis afirma que “as estruturas simbólicas são também estruturas sociais” (REIS, 1986, p. 155), fica clara sua perspectiva que valoriza o peso da cultura nos fenômenos históricos.

Campos da violência, por fim, também aparece como uma obra guiada por este tipo de abordagem. A preocupação central do trabalho gira em torno das diversas possibilidades de experiências escravas vivenciadas na região dos Campos dos Goitacazes, do início da segunda metade do século XVIII ao início do XIX. São exploradas questões como o comércio dos escravos, seus ofícios, a constituição de famílias, seus lares, suas relações com feitores, capitães do mato etc. Trata-se de circunstâncias específicas que a autora procura compreender a partir do entrelaçamento entre a dimensão social e a cultural. Isto fica claro quando, ao fazer uma reflexão sobre a noção de ideologia, Silvia Hunold Lara busca romper com o mecanicismo da superestrutura – vista como reflexo da infraestrutura – e afirma incluir nas condições reais de existência dos homens tanto as relações sociais quanto “o modo como pensam e interpretam todas estas relações” (LARA, 1988, p. 43).

A Reformulação no Conceito de “Resistência”

A inserção da dimensão cultural, por meio da adoção de uma análise interessada no entendimento da perspectiva do escravo, está atrelada a diversas reformulações conceituais, dentre elas a do conceito de “resistência” que, como veremos a seguir, foi bastante significativa para a emergência do enunciado do escravo-agente.

A partir do momento em que se tenta compreender algumas atitudes escravas – como obediência e fidelidade ao senhor, por exemplo – sob a égide cultural da mentalidade escrava, é possível identificar uma reformulação na noção de “resistência”, pois, no âmbito da consciência do escravo, tais atitudes passam a ser vistas como estratégicas, isto é, o cativo assimila os valores senhoriais com a finalidade de conquistar determinados benefícios, alforrias, brechas, regalias, em suma, espaços onde possa exercer certa autonomia. Ser Escravo no Brasil, Rebelião Escravo no Brasil e Campos de Violência são obras onde podemos identificar tal reformulação conceitual.



Em seu trabalho, Kátia Mattoso destaca que na perspectiva do regime escravista, na qual o cativo é concebido como mercadoria, seria impossível crer na possibilidade do escravo restituir sua personalidade, uma vez que fora perdida após ele ter sido capturado e transformado em propriedade. No entanto, “se a questão é colocada no plano psicológico, parece inegável que a própria sobrevivência do homem preto depende absolutamente de sua repersonalização” (MATTOSO, 1982, p. 102). Sendo assim, para que os escravos conquistassem esse objetivo, eles deveriam “encenar” suas vidas sob o “tripé” da humildade, da obediência e da fidelidade (MATTOSO, 1982, p. 102). Se esta relação senhor-escravo, porém, pode suscitar uma ideia de consenso entre estes dois grupos sociais, a autora trata logo de refutar tal imagem, e afirma que:

A aparente amenidade das relações que se estabelecem entre senhores e escravos, a semelhança de uma adaptação da mão-de-obra obediente e humilde é, na verdade, uma **forma eficaz e sutil da resistência** do negro face a uma sociedade que pretende despojá-lo de toda uma herança moral e cultural (MATTOSO, 1982, p. 103, grifos nossos).

Segundo Kátia Mattoso, essa assimilação de valores é feita pelos escravos de forma transitória; ela deve “levar a um mundo melhor [...], à alforria conquistada, penhor de um futuro palpável” (MATTOSO, 1982, p. 167). A partir da perspectiva escrava, então, opera-se, uma reformulação no conceito de resistência: o que poderia ser visto como acomodação, ou passividade, passa a ser visto como estratégia de resistência. O escravo torna-se agente.

Em *Rebelião Escrava no Brasil* encontramos, apesar de suas especificidades, uma perspectiva semelhante a que aparece em *Ser escravo no Brasil*. Isso é possível de ser observado quando João José Reis trata da diversidade de etnias presentes na sociedade baiana no início do século XIX. De acordo com o autor, a ausência do negro brasileiro – crioulo –, na rebelião de 1835, é explicada pelas diferentes experiências que eles vivenciavam em relação aos negros africanos. Ao passo que estes eram mais rebeldes, aqueles, por terem nascido no Brasil, conseguiam assimilar melhor os valores do homem branco, algo que os tornavam mais “pacíficos”.

Havia uma espécie de cumplicidade entre os senhores e o escravo nacional, o que antepunha o crioulo ao africano. Consequentemente, os afro-brasileiros dispunham de outras formas de resistência, fazendo com que tivessem, em relação aos africanos, “um melhor desempenho no processo de alforria” (REIS, 1986, p. 174). Segundo Reis, tais formas de



resistência “estabeleciam uma linha muito fina [...] com a acomodação pura e simples” (REIS, 1986, p. 176). Porém, se tratava de uma “resistência cotidiana”, uma “negociação hábil que explorava em favor do escravo a psicologia do paternalismo” (REIS, 1986, p. 176-177). As amenidades entre crioulo e senhor eram, portanto, apenas aparentes. Reis reforça esta ideia destacando algumas atitudes rebeldes de escravos nacionais, como fugas, participações em revoltas, práticas culturais dissociadas da cultura senhorial, entre outras.

Em Campos da Violência, no capítulo em que Silvia Hunold Lara problematiza questões relacionadas à humanidade e coisificação do escravo, podemos também encontrar alguns apontamentos referentes à ampliação da ideia de resistência. De acordo com a autora, a bibliografia sobre o assunto tendeu a enfatizar determinadas formas de resistências coletivas individuais, como os quilombos, as rebeliões, as insurreições, os suicídios, os abortos etc. Essas análises estariam pautadas nos termos de ação e reação, como se atitudes escravas violentas fossem necessariamente respostas às ações senhoriais violentas.

Essa lógica é criticada pela autora, pois “ao longo deste trabalho nos deparamos com escravos que formalmente reiteraram as expectativas senhoriais de fidelidade, obediência e trabalho assíduo para obter suas alforrias ou cumprimento de tratos sobre alimentação e vestuário” (LARA, 1988, p. 344). Ou seja, a autora entende que, sob a perspectiva do escravo, o fato deste acatar as expectativas senhoriais representava um meio para se alcançar determinados fins. Trata-se de formas de resistência não condicionadas pelo binômio ação-reação, são “recursos e estratégias variados de homens e mulheres que, em situações adversas, procuravam salvar suas vidas, criar alternativas, defender seus interesses” (LARA, 1988, p. 345).

Se nos voltarmos para a O Escravismo Colonial identificaremos uma reflexão pautada por algumas ideias de Hegel e de Marx, que entendem que o cumprimento do “trabalho” por parte dos escravos age no sentido de coisificá-lo e não de humanizá-lo. Essa diferença em relação às obras de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara é possível porque Gorender parte da perspectiva do regime, da legislação escravista e não da perspectiva do próprio escravo. Sob esta ótica só existe “resistência” quando o escravo resiste ao trabalho; a possibilidade dele ser um bom trabalhador como estratégia para conquistar a afeição dos senhores – e consequentemente algumas vantagens – é desconsiderada. O escravo,



deste modo, ao trabalhar, cumpriria sua função de propriedade do senhor, o que reforçaria sua coisificação¹⁵.

Para clarear tal questão, vale retomarmos o relato do viajante francês Tollenare, quando descreve um episódio no qual um escravo se recusa a levar o acompanhante – visita de seu senhor – ao povoado vizinho. O escravo afirma que, se lá fosse, poderia ser morto, pois o povoado era inimigo de seu senhor, e complementa: “o que diria o meu senhor se essa gente me matasse?” (GORENDER, 1978, p. 65). Para Gorender, a preocupação desse escravo com a possível perda material de seu senhor remete a uma introjeção, por parte deste escravo, dos valores senhoriais. Tal escravo, ao ver-se como coisa, propriedade, evitou ir até o povoado inimigo não para salvar sua vida, mas para evitar o prejuízo de seu senhor.

Trata-se de uma perspectiva analítica que desconsidera a capacidade do escravo fazer uma leitura dos valores senhoriais e tirar proveito deles. Invocando esses valores, o escravo extrairia benefício da situação e evitaria a possibilidade de ser assassinado. Se nos ativermos à perspectiva teórica que norteia as obras de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara, o mesmo escravo passaria de coisa a agente histórico, pois seria capaz de compreender o jogo de poderes vigentes na colônia, o que o habilitaria a intervir neste sistema. A atitude do escravo no caso em questão, portanto, à luz da perspectiva teórica oitentista, pode ser entendida como uma forma de resistência sutil.

Roll, Jordan Roll como Função Exemplar

Por fim, não podemos nos esquecer de outro autor que também exerceu grande influência nessas leituras oitentistas da escravidão e que, do mesmo modo que Thompson, apontou para uma ampliação no conceito de resistência: Eugene Genovese. Se as reflexões de E. P. Thompson serviram como substrato teórico à historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980, Eugene Genovese representou um exemplo de possibilidade de aplicação da teoria thompsoniana no objeto escravidão, pois, como se sabe, os estudos de E. P. Thompson tinham como objeto os operários ingleses, não os escravos.

¹⁵ Uma apreciação sobre os referenciais teóricos thompsonianos utilizados pelos historiadores de 1980 pode ser encontrada em: RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma Operação Historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. 2014. 541 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.



O livro de grande destaque de Genovese foi Roll, Jordan, Roll (1974) publicado no Brasil como *A Terra Prometida: O Mundo que os Escravos Criaram*, podemos encontrar passagens como:

[...] os escravos encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo numa doutrina diferente da imaginada por seus senhores e de transformá-la em arma de resistência às asserções de que a escravidão era uma condição natural para os negros, de que os negros eram racialmente inferiores e de que os escravos negros não tinham quaisquer direitos próprios. Assim, **ao aceitar um *ethos* paternalista e ao legitimar o domínio de classe, os escravos desenvolveram sua mais poderosa defesa contra a desumanização implícita na escravidão.** O paternalismo sulista pode ter reforçado o racismo, assim como a exploração de classe, mas também, inadvertidamente, induziu suas vítimas a plasmar sua própria interpretação da ordem social que pretendia justificar (GENOVESE, 1988, p. 25, grifos nossos).

A sintonia entre essas passagens e o conteúdo das obras dos anos 1980 é clara. Os escravos ao assimilarem os valores senhoriais, o faziam por meio de uma interpretação própria, divergente da esperada pelos senhores. Desse modo, algumas atitudes escravas que seriam entendidas pelos senhores como sinais de submissão, de passividade, de acomodação, para os escravos assumem outros significados, tornam-se estratégias que afirmam sua humanidade, táticas cujos fins são conquistas de benefícios pessoais, o que se configura como formas de resistência. Genovese, ao assimilar as proposições teóricas thompsonianas e aplicá-las às relações sociais escravistas, serviu de inspiração aos historiadores brasileiros. *Roll, Jordan, Roll*, de acordo com Silvia Hunold Lara, foi “uma das obras que mais marcou a produção historiográfica sobre a escravidão brasileira” (LARA, 1988, p. 48).

Reorganizações Empíricas

O Escravismo Colonial apresenta uma grande preocupação teórica que precede e condiciona o trato empírico. A intenção de Gorender é a de que as fontes venham a definir as especificidades das forças produtivas, das relações sociais de produção e das leis do modo de produção escravista colonial. São conceitos que apreendem a realidade histórica por meio das fontes, que aparecem como: primárias, como crônicas e relatos de viajantes e de senhores de engenho, tratados, censos, legislações, escritos oficiais e clericais, entre outros; e secundárias, isto é, obras que não foram produzidas na época do escravismo colonial, mas que tratam de aspectos da sociedade neste período.



Três considerações podem ser feitas acerca de tais fontes e do tratamento empírico dispensado a elas. A primeira é que elas correspondem a uma função delimitada de antemão, a saber, definir as especificidades de determinados conceitos relacionados ao esquema teórico do modo de produção. Isto nos leva à segunda consideração: o conteúdo de tais fontes é apreendido de forma literal, isto é, Gorender não tem como preocupação interpretar as fontes, ele não interroga as falas que as constituem¹⁶; ao contrário, tenta compreender a causa do fato que se expressa na fonte.

Por exemplo, quando um relato destaca a sobrecarga e as más condições de trabalho do escravo, Gorender dá este fato como certo e busca sua causa na lei da rigidez da mão de obra. Esta, ao definir que a área do plantio é delimitada pela quantidade de braços escravos, entende que nas fases de pico produtivo a intensidade do trabalho escravo é elevada a um nível excessivo, daí as más condições de trabalho. Por fim, a terceira consideração: o conteúdo dessas fontes é pobre no que diz respeito ao fornecimento de dados para uma análise cujo objetivo era o de compreender a perspectiva escrava.

O afrouxamento da preocupação com as questões estruturais, a definição de objetos mais específicos cronológica e tematicamente, e a sintonia com as perspectivas teóricas de E. P. Thompson e Eugene Genovese, fizeram com que os trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara tivessem como característica uma postura mais empírica e menos teórica que a de Gorender. Em outras palavras, enquanto Gorender buscou preencher com o conteúdo das fontes um recipiente conceitual determinado, os outros três autores buscaram explorar mais as possibilidades interpretativas permitidas pelas fontes.

Nesse sentido, buscaram compreender por meio das falas das fontes a perspectiva dos agentes históricos que a produziram. Esse novo olhar sobre as velhas fontes, contudo, não constituiu a causa única – em termos empíricos – da ressignificação da noção de escravo, pois os elementos que configuraram o novo olhar vieram também acompanhados da utilização de novos tipos de fontes antes não levados em consideração pelos historiadores da escravidão, como “testamentos, inventários de heranças, cartas de liberdade, processos judiciais” e,

¹⁶ Isto acontece porque Gorender não está preocupado em compreender os agentes históricos envolvidos nas relações sociais, e sim em compreender as diretrizes que regem o modo de produção escravista colonial.



principalmente, os arquivos policiais (MATTOSO, 1982, p. 13). Em artigo publicado em 1988, Maria Helena Machado escreveu:

Se durante muito tempo a crença na inexistência de fontes adequadas para a recuperação da escravidão no Brasil desestimulou a pesquisa documental, hoje os estudiosos redescobrem nos arquivos e cartórios os instrumentos necessários para o avanço do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil (MACHADO, 1988, p. 144).

Tal consideração vale para os três trabalhos que estamos colocando em questão, *Ser Escravo no Brasil*, *Rebelião Escrava no Brasil* e *Campos de Violência*. Desdobrar tal assunto em relação ao primeiro destes, contudo, é tarefa mais complicada, pois o caráter de ensaio da obra – como a própria autora destaca – é marcado por uma não preocupação do apontamento sistemático das fontes. Torna-se difícil, então, destacar aspectos específicos da leitura das fontes feitas por Kátia Mattoso.

Entretanto, por meio de alguns pontos da obra podemos esboçar algumas considerações sobre a questão do empírico. Por exemplo, ao discorrer sobre as cartas de alforria, a autora evidencia a riqueza de tais fontes. Para Mattoso, esses documentos podem conter diversas informações valiosas no que diz respeito à vida do escravo, como: seu nome, sua origem, filiação, cor, motivos da alforria, a forma da libertação, nomes de testemunhas, assim como também informações sobre o senhor, seu endereço, idade, ofício etc.

Tais informações possibilitam ao historiador conhecer diversos âmbitos da vida escrava e do senhor, de modo que se torna possível penetrar de forma mais incisiva na perspectiva de tais personagens históricos. Apesar de Kátia Mattoso não fazer citações literais das fontes, podemos nos aproximar de sua posição empírica citando um exemplo que se dá quando a autora explora os motivos da libertação dos escravos.

[...] o que choca, quando se leem as cartas de alforria concedidas a título oneroso, é o preço se apresentar sempre como resultado de uma série de outras condições que o escravo teve de satisfazer, antes mesmo de poder sonhar com a sua alforria. Essas condições têm uma cadência de ritual e esclarecem à maravilha as relações escravo-senhor. Qual é este ritual, quais os temas que, como litanias, se encontram a cada passo nas cartas de alforria? As duas fórmulas-chave dessa liturgia da libertação: “Por me haver bem servido(a)” e “Pelo bem que lhe quero por tê-lo criado(a)”. São raras as cartas de alforria que escapam desses chavões. Para ser libertado é preciso, portanto, ter sido um escravo trabalhador, fiel e obediente (MATTOSO, 1982, p. 187).

Neste excerto, portanto, podemos evidenciar o que afirmamos anteriormente: as cartas de liberdade, assim como as outras fontes “descobertas” pelos historiadores da



escravidão dos anos 1980, possibilitaram o contato com diversas questões ligadas à vida dos escravos. No caso acima apontado destacam-se os motivos da libertação. Motivos que, por sua vez, sob o modo de tratar o empírico – isto é, sob as perspectivas teóricas que analisamos no tópico anterior – aparecem atrelados à estratégia do escravo que, mirando sua liberdade, atende às expectativas senhoriais de obediência e fidelidade.

Em *Rebelião Escrava no Brasil* podemos identificar os mesmos procedimentos empíricos e tipos de fontes utilizadas. Isto é, no trabalho de João José Reis, encontramos diversos tipos de documentação, como censos populacionais, inventários, testamentos, cartas de autoridades e de senhores, ofícios, relatos de viajantes, jornais, processos criminais, testemunhos, julgamentos, textos legislativos e, entre outros, a utilização de bibliografia de apoio que tratou de temas secundários em relação a seu objeto principal.

Contudo, diferentemente de *Ser Escravo no Brasil*, na obra de João José Reis aparece de forma mais nítida e mais aberta à relação com as fontes, ou seja, nela aparecem extrações das fontes em formas de excertos que são analisados pelo autor. No que diz respeito à introdução de novas fontes e das possibilidades que elas abrem para o estudo dimensionado aos aspectos da vida do escravo e da viabilidade de compreendê-lo como agente histórico, a devassa produzida como resultado da rebelião de 1835 abarca os tipos de fontes mais importantes em *Rebelião Escrava no Brasil*.

Segundo Reis, os processos que resultaram dessa revolta constituem uma coleção de documentos com diversas informações que permitem a penetração em diversos âmbitos da vida dos escravos, como o cultural, o social, o econômico, o religioso, o doméstico e até mesmo o amoroso. Também convém destacar que, em tais fontes, as falas que aparecem dos africanos vêm à tona por meio de um constrangimento da opressão das autoridades, o que significa que os documentos devem ser problematizados e interpretados, para que deles possa ser extraído a perspectiva do interrogado (REIS, 1986, p. 7-8).

É por meio dos inquéritos, portanto, que João José Reis compreende a importância da cultura escrava na rebelião de 1835. Nessas fontes, evidencia-se o valor do Islã na vida dos Malês, religião que criava uma rede de solidariedades e dava significado à vida destes personagens desterrados de sua pátria natal. Nos testemunhos, Reis desvenda diversos



elementos que serviam de símbolos aos africanos mulçumanos, como a utilização de amuletos, de roupas brancas, da prática da escrita, das ceias e das festas.

Além disso, tais documentos permitiram outras descobertas, no ramo dos ofícios urbanos, por exemplo, apareceram escravos que ditavam o tempo de seus trabalhos. Na dimensão da vida, surgiram escravos com moradas estáveis, que constituíam famílias etc. O levantamento de tais aspectos relativos à vida dos escravos, portanto – aspectos que marcavam a capacidade deles agenciarem suas vidas e se construírem social, econômica e culturalmente diante de uma sociedade que em todos os âmbitos se fazia opressora –, não teria sido possível sem a utilização das fontes relacionadas à devassa da Rebelião de 1835.

Por fim, no que diz respeito às fontes e ao tratamento empírico, em Campos da Violência, podemos evidenciar os mesmos elementos encontrados nas obras de Kátia Mattoso e João José Reis que contribuíram para a emergência do enunciado do escravo agente. No caso dos tipos de fontes empregadas, por exemplo, temos a utilização de novos tipos de documentos. Como a própria autora afirmou: mesmo que os autores que produziram no momento historiográfico precedente aos anos 1980 tivessem buscado apoio em fontes como livros, tratados, cartas, crônicas coloniais, relatos de viajantes e de jesuítas – documentos que possibilitavam uma perspectiva, acerca da realidade colonial, alternativa à visão encontrada nos documentos oficiais –, ainda assim todas essas “falas” estariam ao nível do poder, seja ele metropolitano ou colonial.

O que Silvia Hunold Lara sugere, então, como alternativa para superar essa perspectiva do poder opressor, e adentrar no mundo dos escravos, é a inserção de basicamente dois tipos de fontes: os processos criminais e os inquéritos. Foram esses dois tipos de documentos que possibilitaram que a autora penetrasse no cotidiano das relações de exploração, extraindo dele diversas informações que permitiram evidenciar a perspectiva dos escravos acerca de suas vivências (LARA, 1988, p. 23).

Apenas para ilustrar o posicionamento de Silvia Hunold Lara (1988, p. 69-71) diante do empírico, podemos citar uma análise que ela faz de uma fonte quando trata do tema do castigo. Dentre os inúmeros apontamentos que a autora faz em relação a este tema, há um momento no qual ela analisa um processo referente a três escravas que recorreram à justiça para que com a morte de sua antiga senhora, não fossem entregues ao herdeiro legal, pois este



era conhecido por sua crueldade e pela prática de castigos exagerados e injustos. Nesse caso, a autora, ao penetrar na perspectiva escrava, identifica – através da não contestação, por parte destas três escravas, do castigo justo, moderado, educador – a existência do castigo como algo natural.

Essa leitura que a autora faz do documento, nos permite fazer dois apontamentos: primeiro, trata-se de uma fonte peculiar que, por conter uma fala escrava, permite que o leitor possa resgatar a leitura do escravo acerca do caso no qual estava envolvido, e, segundo, neste caso específico, a fonte abre a possibilidade para a historicização da violência na sociedade escravista. Somando-se a isso, também poderíamos dizer que esta fonte possibilita a constatação da capacidade do escravo interferir na justiça com a intenção de agenciar seu próprio destino. Temos, então, a partir da peculiaridade da fonte, e por meio da forma de tratar o empírico, um terreno fértil para a emergência do escravo agente.

Os trabalhos dos autores aqui analisados, portanto, colocam-se numa posição, em termos empíricos, diferente da encontrada em *O Escravismo Colonial*. Como vimos, esta obra é composta tanto por fontes que pouco dizem a respeito da vida dos escravos, quanto por uma postura teórica que, ao se debruçar sobre as fontes, utiliza-se de ferramentas conceituais que estão mais direcionadas à compreensão do funcionamento produtivo da colônia do que ao tratamento dos aspectos que sinalizam a capacidade do escravo ser sujeito de sua própria história. Por outro lado, nas outras três obras analisadas, percebemos que com a inserção de novas fontes – por meio das quais se tornou possível evidenciar, de forma mais clara, as falas dos escravos –, e com uma diferenciada perspectiva analítica sobre os documentos foi possível a configuração e emergência do enunciado do escravo como agente histórico.

Conclusão

Como pudemos observar, apesar de Gorender ter afirmado¹⁷ que a teoria marxista não implica em reducionismo econômico, as experiências vivenciadas pelos escravos como aparecem no *Escravidão Colonial* são todas condicionadas pelas leis do modo de produção escravista colonial. E, mesmo que o escravo seja considerado agente subjetivo e não capital fixo, ainda assim, tudo o que poderíamos entender como benefícios conquistados por uma

¹⁷ Ver o capítulo “Pecados do Marxismo e Miragens do Antimarxismo” em *Escravidão Reabilitada* (1990) de Jacob Gorender.



possível autonomia escrava, para Gorender são concessões que em última instância favorecem aos próprios senhores. Isso acontece porque sua análise desconsidera a dimensão cultural. Sua articulação entre teoria estrutural, conceito de modo de produção e o tratamento empírico funciona como barreira à perspectiva acerca da subjetividade própria do escravo. E, uma vez que a relação cultura/subjetividade-escrava não é levada em consideração na análise, o cativo fica impedido de ser compreendido como um agente histórico.

É justamente a inserção dessa perspectiva do escravo – erigida a partir de sua experiência – que marca o diferencial teórico de Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Hunold Lara. Tais autores, ao se inspirarem nas proposições teóricas de E. P. Thompson e no exemplo de aplicação de tal diretriz teórica às relações sociais escravistas – efetuadas por Eugene Genovese –, puderam fazer uma leitura da escravidão levando em consideração a perspectiva do escravo acerca das relações nas quais ele estava envolvido, de modo que diversas ações que, pela lógica conceitual do Escravismo Colonial, eram tidas como exemplos de passividade e acomodação passaram a ser vistas como formas diferenciadas de resistências, de estratégias que o colocaram o escravo num patamar de agente histórico.

Vale lembrar, por fim, que tais conclusões são parciais, pois dizem respeito à análise de quatro obras específicas. No entanto, são conclusões que buscaram ser bem fundamentadas – já que não são generalizadas e sim concebidas a partir da análise interna de determinadas obras escolhidas – e que prezaram pelo rigor empírico necessário à explicação historiográfica. Além disso, esperamos que esse aprofundamento ao nível discursivo – preocupado com as articulações entre teorias, conceitos, objetos, enunciados e fontes – tenha servido para abrir novos canais de investigação – como os referentes ao nível epistemológico – incitando novas questões, como:

- Será que não existem determinadas continuidades por trás das mudanças discursivas entre os anos 1970 e 1980, como as formas de conceber o real na história, ou, também, de conceber categorias históricas, como cultura e economia, por exemplo? São questões, enfim, que podem ser investigadas a partir do aprofundamento analítico da dimensão que buscamos abordar.



Referências

- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. Historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição, **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, n. 1, 2017.
- CAPELATO, Maria Helena (Org.). **Produção histórica no Brasil (1985-1994)**. São Paulo: CNPq/USP/ANPUH, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). **Escravidão e abolição: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- CÉZAR, Temístocles. Hamlet brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980), **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, abr. 2015.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, 2009.
- COSTA, Emilia Viotti Da. **Da monarquia à república**. 6 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- COSTA, Iraci Del Nero; SLENES, Robert; SCHWARTZ, Stuart. A família escrava em Lorena. **Estudos Econômicos**. São Paulo, IPE, USP, v. 17, n. 2, 1987.
- FALCON, Francisco. A identidade do historiador, **Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, 1996.
- FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**, v. 11, n. 22, 2007.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald, **A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996;
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao círculo de epistemologia. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: ABRÃO, Janete Silveira (Org.). **Brasil: interpretações e perspectivas**. São Paulo: Marcial Pons, 2016.
- GENEVOSE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, jul./dez. 2004.



GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978.

HÉBRARD, Jean. **L'esclavage au Brésil**: le débat historiographique et ses racines. In: **Brésil: quatre siècles d'esclavage**. Nouvelles Questions, Nouvelles Recherches, Paris: Karthala & CIRESC, 2012.

LARA, Silvia Hunold. Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 12, 1995.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.

MAESTRI, Mário. O escravismo colonial: a revolução copérnica de Jacob Gorender. **Revista Espaço Acadêmico**, Passo Fundo, v. 35 e 36, n. 1 e 2, abr./mai. 2004.

MARQUESE, Rafael Bivar de. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. **Revista de História**, n. 69, jul./dez., 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Estrutura e agência na historiografia da escravidão. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Reina (Orgs.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

MARX, Karl. Para a Crítica da economia política. In: GIANNOTI, José Arthur. (Org.). **Os pensadores XXXV**. Rio de Janeiro: Abril, 1974.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas (1980-1990)**. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2017.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2014.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José; KLEIN, Herbert Slavery in Brazil. In: MOYA, José. **Latin American history**. New York: Oxford University Press, 2011.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert; PAQUETTE, Robert; SMITH, Mark. **The Oxford handbook of slavery in the Americas**. New York: Oxford University Press, 2010.



SOUZA, Laura de Mello. O escravismo brasileiro nas redes de poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão no século XVIII. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.